



03/09/2020

Número: **5000956-73.2020.8.13.0330**

Classe: **[CÍVEL] AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Itamonte**

Última distribuição : **05/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000.000,00**

Assuntos: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
Ministério Público - MPMG (AUTOR)	
Estado de Minas Gerais (RÉU)	
MUNICIPIO DE ALAGOA (RÉU)	JOAO CIPRIANO DE ARAUJO NETO (ADVOGADO)
ALAGOA 2 ENERGIA LTDA (RÉU)	MURILO CARVALHO SANTIAGO (ADVOGADO) MARIA CLAUDIA PINTO (ADVOGADO) LUAN CRISTIAN LOURENCO (ADVOGADO)
POLIFERTIL ENERGIA EIRELI (RÉU)	FELIPE FIOCHI PENA (ADVOGADO) MAYARA CRISTINA DE MELLO VIEIRA VALERA (ADVOGADO)
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO (RÉU)	
ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL NOVA CAMBUQUIRA (TERCEIRO INTERESSADO)	ANA PAULA LEMES DE SOUZA (ADVOGADO)
ASSOCIACAO DE FOMENTO, PROG. E PROJ. PARA PRES. E CONS. DA BIOD., DOS REC. NATURAIS, SOCIOECONOMICOS E CULT. EXIST. NA SERRA DA MANTIQUEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)	ANA PAULA LEMES DE SOUZA (ADVOGADO)
FUNDACAO MATUTU (TERCEIRO INTERESSADO)	ANA PAULA LEMES DE SOUZA (ADVOGADO)
ALIANCA EM PROL DA APA DA PEDRA BRANCA (TERCEIRO INTERESSADO)	ANA PAULA LEMES DE SOUZA (ADVOGADO)
SOCIEDADE AMIGOS DO PARQUE DAS AGUAS - AMPARA (TERCEIRO INTERESSADO)	ANA PAULA LEMES DE SOUZA (ADVOGADO)
CRESCENTE FERTIL, PROJETOS AMBIENTAIS, CULTURAIS E DE C (TERCEIRO INTERESSADO)	ANA PAULA LEMES DE SOUZA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
547575133	03/09/2020 17:24	<a href="#">Petição</a>	Petição
547825081	03/09/2020 17:24	<a href="#">Petição Alagoa 2 Energia Ltda. - 5000956-73.2020.8.13.0330 - comunica concessão efeito suspensivo 03</a>	Petição
547825086	03/09/2020 17:24	<a href="#">Decisão_10000205086994003_9702302020</a>	Decisão

Segue peticionamento em arquivo PDF.



Assinado eletronicamente por: MARIA CLAUDIA PINTO - 03/09/2020 17:24:40

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090317243938900000545732398>

Número do documento: 20090317243938900000545732398

ILMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAMONTE/MG

PROCESSO Nº 5000956-73.2020.8.13.0330

**ALAGOA 2 ENERGIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nestes autos, vem, por seus procuradores infra-assinados, em aditamento à informação fornecida através do **ID 517040026**, comunicar à V. Exa. a suspensão dos efeitos da decisão proferida em 17/08/2020 (**ID 363133424**), por decisão do Des. Relator do Agravo de Instrumento nº 1.0000.20.508699-4/003 (Anexa), que tramita na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 03 de setembro de 2020.

Maria Claudia Pinto  
OAB/MG 88.726

Murilo Carvalho Santiago  
OAB/MG 23.699

**SANTIAGO  
FERREIRA  
PINTO** & ADVOGADOS  
ASSOCIADOS



Av. Brasil, nº 1.491, 7º andar  
Funcionários, Belo Horizonte, MG  
CEP 30.140-005

+55 31 3347-3100 | 31 3347-8100  
escritorio@santiagofpinto.com.br  
santiagofpinto.com.br



Assinado eletronicamente por: MARIA CLAUDIA PINTO - 03/09/2020 17:24:40

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090317244022100000545762446>

Número do documento: 20090317244022100000545762446



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.20.508699-4/003



2020000970230

AGRAVO DE INSTRUMENTO-CV  
Nº 1.0000.20.508699-4/003  
AGRAVANTE(S)  
AGRAVADO(A)(S)

4ª CÂMARA CÍVEL  
ITAMONTE  
ALAGOA 2 ENERGIA LTDA  
MINISTÉRIO PÚBLICO - MPMG

**DECISÃO**

Vistos.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Alagoa 2 Energia Ltda. em face da decisão proferida pelo MM. Juiz da Vara Única da Comarca de Itamonte, que, nos autos da Ação Cautelar Antecedente, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face de Alagoa 2 Energia Ltda, Polifertil Energia Eireli, Município de Alagoa e Estado de Minas Gerais, deferiu a medida liminar, pelo prazo de 120 (cento e vinte dias), determinando a ora agravante a suspensão imediata das obras e atividades das empresas no local, sob pena de multa de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)

Em suas razões recursais, a agravante sustenta, em síntese, que em 09/12/2016, ingressou com pedido de licenciamento ambiental da Central Geradora Hidrelétrica de Capacidade Reduzida CGH Alagoa 2, a “fio d’água”, no Rio Aiuruoca, cujo procedimento obedeceu a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, que entrou em vigor no curso do processo; que optou pela conversão do procedimento para a nova regra, o que ensejou a reclassificação do licenciamento para a modalidade Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS, sendo o estudo exigido para esta modalidade o RAS – Relatório Ambiental Simplificado, no entanto, como o processo já se encontrava em curso já haviam sido apresentados estudos mais complexos – Plano de Controle Ambiental e Relatório de Controle Ambiental; que as obras foram iniciadas em 08/2019, com o licenciamento devido, e transcorreram sem percalços até 17/08/20, quando foi proferida a

Fl. 1/9

Número Verificador: 100002050869940032020970230



Assinado eletronicamente por: MARIA CLAUDIA PINTO - 03/09/2020 17:24:41

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090317244104900000545762451>

Número do documento: 20090317244104900000545762451

Num. 547825086 - Pág. 1



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.20.508699-4/003

decisão agravada; que nesse período a obra recebeu a visita da Polícia Militar Ambiental por três vezes, sendo registrada a completa regularidade do empreendimento; que o juízo estadual é incompetente, uma vez que a discussão perpassa pela emissão de outorga de intervenção em recurso hídrico de domínio da União, expedido pela ANA – Agência Nacional de Águas; que o Ministério Público Estadual não tem competência para presidir inquérito civil para apurar supostas irregularidades cometidas em bens da União; que a perícia requerida pelo autor não pode ser custeada pelos réus; que foi determinada a inclusão da União no pólo passivo, mas não foi reconhecida a competência da Justiça Federal.

Aduz que há absoluta impossibilidade de se cumular os pedidos de tutela antecipada prevista no art. 308 do CPC com a produção antecipada de provas, do art. 381 do mesmo diploma; que as instalações estão 71% concluídas; que “o arranjo clássico de uma CGH é constituído por uma barragem de soleira vertente com aproveitamento a fio d’água, o que quer dizer que não há formação de reservatório como no caso das Usinas Geradoras de Energia – UHE e das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH”; que “diferentemente destes empreendimentos, o barramento das CGH não tem o objetivo de estocar água para a geração de energia em épocas de seca”; que “a única justificativa para a paralisação das obras do empreendimento seria a hipótese de elas estarem transgredindo os limites e imposições da licença ambiental”; que “o MP estadual não aponta transgressões dessa espécie e nem a decisão recorrida”; que não há qualquer norma que determine a junção de empreendimentos nesta situação para efeito de se conferir duas licenças; que na hipótese de ocorrência de eventos extremamente críticos de seca, a geração de energia deverá ser paralisada para garantir a vazão no TVR – Trecho de Vazão Reduzida; que não há *periculum in mora*, uma vez que o empreendimento já foi instalado e a obra está praticamente finalizada;

Fl. 2/9

Número Verificador: 100002050869940032020970230





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.20.508699-4/003

que a descontinuidade das obras coloca em risco postos de trabalho, aproximadamente 150, além da queda de arrecadação tributária; que “a manutenção da paralisação da obra no momento em que se encontra – com solo exposto por escavações e cortes de terreno – poderá acarretar danos consideráveis à qualidade da água do Rio Aiuruoca, à biodiversidade local e à reconformação cênica do ambiente”; que a multa foi fixada em valor excessivo, sem justificativa.

Com essas razões, requer a concessão de efeito suspensivo da decisão, tendo em vista a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* reverso e, ao final, a reforma da decisão agravada.

Preparo a ordem 02.

**Decido.**

Observa-se que o agravo de instrumento é o recurso adequado para desafiar a decisão contra a qual se insurge o agravante, tendo em vista o disposto no art. 1.015 do CPC/15:

Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

**I - tutelas provisórias;**

II - mérito do processo;

III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;

IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;

V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;

VI - exibição ou posse de documento ou coisa;

VII - exclusão de litisconsorte;

VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;

IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;

X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;

XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;

XII - (VETADO);

XIII - outros casos expressamente referidos em lei.

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

Fl. 3/9

Número Verificador: 100002050869940032020970230



Assinado eletronicamente por: MARIA CLAUDIA PINTO - 03/09/2020 17:24:41

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090317244104900000545762451>

Número do documento: 20090317244104900000545762451

Num. 547825086 - Pág. 3



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.20.508699-4/003

Conforme prelecionam Fredie Didier Júnior e Leonardo Carneiro da Cunha, na obra Curso de Direito Processual Civil (Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais), Salvador: Editora Jus Podivm, 2016, página 212:

“A decisão que defere, indefere, revoga ou modifica a tutela provisória sujeita-se a agravo de instrumento. A tutela provisória pode ser de urgência ou de evidência. A de urgência pode ser satisfativa ou cautelar. Em todos esses casos, é possível atacar a decisão interlocutória imediatamente. Daí a razão de caber agravo de instrumento da decisão que versa sobre tutela provisória.”

Nos termos do art. 1.019, inciso I, do Código de Processo Civil em vigência, recebido o Agravo de Instrumento, o relator “*poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão.*”

No caso em apreço, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais requereu “Tutela Cautelar Antecedente Preparatória da Ação Civil Pública para Proteção Socioambiental” em face da ora agravante, e também do Estado de Minas Gerais, Município de Alagoa e da empresa Polifertil Energia Eireli em razão de supostas irregularidades no processo de instalação e licenciamento ambiental dos empreendimentos Navitas Energia Sacramento II e Navitas Energia Sacramento III, já iniciados, que consistem em CGH's (Centrais Geradoras Hidrelétricas).

Alega o *Parquet* que “a medida cautelar requerida tem como escopo a suspensão das atividades das empresas Alagoa 2 Energia Ltda e Polifertil Energia Eireli, como forma também de se evitar prejuízos às mesmas, até que seja demonstrada a legalidade da implantação dos empreendimentos no local em que estão situados, em

Fl. 4/9

Número Verificador: 100002050869940032020970230





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.20.508699-4/003

se considerando a sua especial proteção em face de se tratar do bioma Mata Atlântica e em virtude da incompatibilidade das licenças ambientais simplificadas, concedidas pela SUPRAM - Sul de Minas e o Município de Alagoa, com os impactos cumulativos ambientais provocado pelos empreendimentos Navitas Energia Sacramento II e Navitas Energia Sacramento III”.

O douto juiz *a quo* determinou a suspensão do licenciamento ambiental concedido às empresas mencionadas bem como do documento de autorização para intervenção ambiental, determinando, também, a suspensão das atividades e obras no local.

A empresa Alagoa 2 Energia Ltda., ora agravante, alega que a medida é desarrazoada, tendo em vista que as obras e intervenções no local foram feitas mediante prévio licenciamento ambiental e que a paralisação das atividades gerará prejuízo ambiental, financeiro e social, não estando, pois, presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, necessários à concessão da tutela de urgência, previstos no art. 300 do CPC.

Pois bem.

Sobre a tutela de urgência enuncia o art. 300 do CPC, *in verbis*:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Fl. 5/9

Número Verificador: 100002050869940032020970230



Assinado eletronicamente por: MARIA CLAUDIA PINTO - 03/09/2020 17:24:41

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090317244104900000545762451>

Número do documento: 20090317244104900000545762451

Num. 547825086 - Pág. 5





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.20.508699-4/003

Trata-se, pois, de requisitos que precisam estar **concomitantemente** presentes para que a tutela de urgência seja deferida.

No que tange ao requisito da probabilidade do direito, assim leciona Fredie Didier Jr, Rafael Alexandria de Oliveira e Paula Sarno Braga:

"A probabilidade do direito a ser provisoriamente satisfeito/realizado ou acautelado é a plausibilidade de existência desse mesmo direito. O bem conhecido *fumus boni iuris* (ou fumaça do bom direito). O magistrado precisa avaliar se há 'elementos que evidenciem' a probabilidade de ter acontecido o que foi narrado e as quais as chances de êxito do demandante (art. 300, CPC)." (Curso de direito processual civil, v. 2, 10ª ed, Ed. Jus Podivm, 2015, p. 595-596)

Já em relação ao perigo da demora, tais doutrinadores ensinam que:

"A tutela provisória de urgência pressupõe, também, a existência de elementos que evidenciem o perigo que a demora no oferecimento da prestação jurisdicional (*periculum in mora*) representa para a efetividade da jurisdição e a eficaz realização do direito. (...)

Passo, então, a análise da presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

Pelos documentos juntados aos autos infere-se que os empreendimentos Navitas Energia Sacramento II e Navitas Energia Sacramento III, obtiveram licenciamento ambiental junto à Superintendência Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas em 2018 (ordem 03) bem como autorização para intervenção ambiental, mediante procedimento administrativo prévio, com outorga da Agência Nacional de Águas, sendo, pois, devidamente observada a modalidade de licenciamento ambiental prevista na legislação de regência.

Fl. 6/9

Número Verificador: 100002050869940032020970230





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.20.508699-4/003

A regularidade da licença foi, inclusive, atestada pelo Polícia Militar do Meio Ambiente, conforme documento de ordem 13.

Não vislumbro a verossimilhança das alegações de que houve uma simplificação do licenciamento concedido, uma vez que, nos termos do art. 38 da Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, os empreendimentos que requereram licença ambiental ainda na vigência da Deliberação Normativa COPAM nº 74/04, poderiam optar por permanecer ou migrar para nova modalidade de enquadramento.

Assim, de acordo com o estabelecido na Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, o empreendimento Navitas Energia Sacramento III Ltda (Polifér\_I Energia Eireli) solicitou a permanência nos critérios da Deliberação Normativa COPAM 74/2004 e teve emitida a Licença Ambiental Concomitante (Licença Prévia + Licença de Instalação + Licença de Operação) em 21/06/2018, enquanto o empreendimento Navitas Energia Sacramento II Ltda., por sua vez, manifestou-se pela reorientação do processo administrativo nos critérios da Deliberação Normativa COPAM 217/2017 e teve a Licença Ambiental Simplificada - LAS emitida em 30/04/2019, para tanto foi preenchido novo Formulário de Caracterização de Empreendimento – FCE com a atividade E-02-01-2 Central Geradora Hidrelétrica – CGH, com porte Pequeno, Potencial Poluidor Médio, Classe 2, com a incidência dos critérios locacionais previstos na legislação vigente.

Desta feita, em uma análise perfunctória, própria desse momento processual, o procedimento administrativo ambiental obedeceu aos ditames legais, não padecendo, em um primeiro momento, de vícios de ilegalidade, pelo que não vislumbro motivos para a suspensão das atividades da empresa agravante, conforme requerido pelo Ministério Público.

De observar, inclusive, que os empreendimentos já estão em fase final de instalação e intervenção, pelo que mesmo se considerando que o licenciamento, da forma como concedido, não

Fl. 7/9

Número Verificador: 100002050869940032020970230





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.20.508699-4/003

considerou o impacto ambiental cumulativo dos empreendimentos (centrais geradoras hidrelétricas), creio que a solução mais acertada não é suspender o licenciamento, mas adotar medidas de mitigação dos supostos danos ambientais.

Não se pode descurar de que os atos administrativos gozam de presunção de veracidade e legalidade, que, a meu juízo, não foram elididas com as provas juntadas pelo *Parquet*.

Com efeito, não cabe ao Poder Judiciário imiscuir-se no mérito administrativo, devendo ater sua análise aos aspectos de legalidade, verificando se a Administração Pública não ultrapassou os limites da discricionariedade.

Assim, estando o procedimento administrativo de licenciamento ambiental questionado dentro das regras previstas pela legislação pertinente e da discricionariedade da Administração Pública, não vislumbro presente o *fumus boni iuris* necessário à concessão da medida liminar.

Quanto ao *periculum in mora*, de notar que restou comprovada a realização de estudos sobre os impactos ambientais cumulativos dos empreendimentos, quando do processo de licenciamento, pelo que não vislumbro risco de dano iminente, tal como alegado.

Por derradeiro, há dúvidas sobre a competência da Justiça e do Ministério Público Estadual para a discussão da questão, tendo em vista que o empreendimento parece estar localizado em área de preservação ambiental federal.

Ante o exposto, **CONCEDO O EFEITO SUSPENSIVO** requerido.

Oficie-se o douto Juiz de primeiro grau, informando-lhe da presente decisão e requisitando-lhe informações.

Determino ainda a intimação da parte agravada para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 dias úteis, facultando-lhe a juntada dos documentos que entender pertinentes.

Fl. 8/9

Número Verificador: 100002050869940032020970230





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Nº 1.0000.20.508699-4/003

Apensem-se os presentes autos ao Agravo de Instrumento nº 1.0000.20.508699-4/001 e 002, por se referirem à mesma decisão agravada, sendo mais prudente que tenham tramitação conjunta.

Em seguida, ao Ministério Público.

Intimem-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 02 de setembro de 2020.

**DES. DÁRCIO LOPARDI MENDES**  
Relator

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargador DARCIO LOPARDI MENDES, Certificado:  
2219817B76B703A04123860F7BB75289, Belo Horizonte, 03 de setembro de 2020 às 12:53:04.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador:  
100002050869940032020970230

Fl. 9/9

Número Verificador: 100002050869940032020970230

